



INTERLOCUÇÕES ENTRE GEOGRAFIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO TERRITORIAL: A “GESTAÇÃO” DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA (ESAV), MINAS GERAIS (1920-1926)¹

Dayana Debossan Coelho²

RESUMO

Este artigo resulta das reflexões teórico-analíticas e metodológicas, operadas na disciplina Geografia Histórica das Cidades e Territórios ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa, a respeito do campo da Geografia Histórica, História Territorial e História Urbana. Também procede de um esforço de articulação entre a Geografia Histórica e o tema “Regionalismo e Modernidade na Zona da Mata mineira”. O objetivo do trabalho consiste em compreender os resquícios da formação territorial de Viçosa a partir da chegada na década de 1920 de um objeto geográfico, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Através da análise do discurso de sua “gestação” efetuada no jornal A Cidade e documentos institucionais foi possível identificar os diferentes projetos de desenvolvimento territorial e seus principais porta-vozes, bem como as políticas de modernização agrária processadas na Primeira República. Constatamos que na escolha da cidade-sede da ESAV, o critério político prevaleceu sob o critério técnico, apesar deste ter sido veementemente defendido nas narrativas. Destacamos que a concretização da Escola assinalou o passaporte para Viçosa ingressar na era da agricultura moderna, sendo que a “ESAV na cidade” representou um conjunto de transformações paisagísticas operadas por grupos estaduais e locais seletos que detinham o poder de “afirmar” seus projetos no território.

Palavras-chave: regionalismo, Zona da Mata, ESAV, Geografia Histórica e território.

INTERLOCUTIONS BETWEEN HISTORICAL GEOGRAPHY AND TERRITORIAL FORMATION: THE “GESTATION” OF THE COLLEGE OF AGRICULTURE AND VETERINARY OF VIÇOSA (ESAV), IN MINAS GERAIS (1920-1926)

ABSTRACT

This article is the result of theoretical-analytical and methodological reflections, prompted in the discipline Historical Geography of Cities and Territories, offered by the Post-Graduate Program

¹ Este trabalho faz parte do desdobramento do projeto do Doutorado intitulado “Desenvolvimento regional e políticas territoriais: a ‘gestação’ da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais (1889-1930)”, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, dayanadebossan78@gmail.com.



in Geography at the Federal University of Viçosa, regarding the field of Historical Geography, Territorial History and Urban History. It also proceeds from an effort to articulate Historical Geography and the theme “Regionalism and Modernity in the Zona da Mata of Minas Gerais”. The objective of this work is to understand the remnants of the territorial formation of Viçosa from the arrival, in the 1920s, of a geographical object, the College of Agriculture and Veterinary (ESAV [Brazilian initials]). Through the analysis of the discourse of its “gestation”, performed in the newspaper A Cidade and institutional documents, it was possible to identify the different territorial development projects and their main spokespersons, as well as the agrarian modernization policies undertaken in the First Republic. We verified that as for the choice of ESAV's host city, the political criterion prevailed over the technical criterion, despite this having been vehemently defended in the narratives. We emphasize that the implementation of the College marked the passage of Viçosa into the era of modern agriculture, since the “ESAV in the city” represented a set of landscape transformations operated by select state and local groups which held the power to “affirm” their projects in the territory.

Palabras clave: regionalism, Zona da Mata, ESAV, Historical Geography and territory.

INTRODUÇÃO

O artigo procede de um esforço de articulação entre a Geografia Histórica e o tema de pesquisa “Regionalismo e Modernidade na Zona da Mata mineira: a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) de Minas Gerais”. A Primeira República constituiu-se num período rico em proposições e experiências de ensino agrícola considerado, conforme assinala Mendonça (1997), um poderoso agente de expansão econômica pelo movimento ruralista ao ratificar a vocação agrária do Brasil. Neste contexto (1889-1930) um amplo leque de escolas superiores agrícolas (vinte e sete) foram criadas no território nacional, sendo o estado de Minas Gerais líder na fundação de tais estabelecimentos de ensino, pois abrigou nove delas. No interior da região da Zona da Mata, a ESAV de Viçosa – núcleo original da atual Universidade Federal de Viçosa – foi uma das instituições originadas nesse contexto.

O objetivo deste trabalho consiste em compreender os resquícios de parte da formação territorial de Viçosa a partir da chegada na década de 1920 de um objeto geográfico, a ESAV. Através da análise do discurso de sua “gestação” foi possível identificar os diferentes projetos de desenvolvimento territorial e seus principais porta-vozes, bem como as políticas de modernização agrária processadas. Buscando operacionalizar a materialização do tempo nesta pesquisa nos alicerçamos nas Geografias Temporais ou Têmpora-Espaciais que, de acordo com Erthal (2003), desenvolveram a técnica de estudo do passado denominada *cross-section*.



O corte-transversal consiste na descrição do que era o “presente de então”, tem como objetivo balizar a pesquisa documental e situar o espaço numa determinada fração de tempo, para viabilizar isso em termos teóricos e metodológicos os processos e formas espaciais tornam-se cruciais. A chave de leitura para explicar o corte-transversal deste trabalho (1920-1926) é o processo de modernização agrícola e o desenvolvimento das técnicas. Partindo da premissa miltoniana de que as técnicas são uma medida de tempo, as novas técnicas agrícolas (arado, semeador e cultivador), de transporte (ferrovias, sendo o ferro símbolo do progresso) e comunicação (telegrama, rádio, aperfeiçoamento da imprensa escrita – jornais) exerceram papel primordial ao se diferenciar das técnicas tidas como “arcaicas” e associadas à escravidão (à foice e à enxada, por exemplos). A modernidade, nesse sentido, teve em Minas Gerais condições espaciais e temporais específicas: o campo nas primeiras décadas do século XX.

Embora existam estudos sobre a ESAV são raros aqueles que utilizam fontes primárias no processo de levantamento de informações. Verificamos, a partir de uma Revisão Bibliográfica Sistematizada, que as áreas do conhecimento que tiveram maior participação no seio das publicações foram Educação (39%), História (36%) e outras (24%), sendo esta última categoria representada pelos campos científicos de Administração, Antropologia, Extensão Rural, Filosofia e Geografia. Contudo, estes trabalhos versam, sobretudo a respeito da criação da ESAV e a modernização agrária, somado a isso existe um hiato na seara geográfica (foi detectada apenas uma monografia) quanto aos estudos que tangenciam a Escola. Nesse sentido, este artigo busca, a partir de primas geográficos, contribuir com as reflexões sobre o papel da ESAV no processo de modernização do território viçosense.

Partindo desses apontamentos, constatamos que na escolha da cidade-sede da ESAV, o critério político suplantou o critério técnico, apesar deste ter sido veementemente defendido nas narrativas. Destacamos que a concretização da Escola assinalou o passaporte para Viçosa ingressar na era da agricultura moderna, sendo que a “ESAV na cidade” representou um conjunto de transformações paisagísticas operadas por grupos estaduais e locais seletos. Para compreendê-las e refletir a respeito do papel da Escola para a localidade há que se lançar luz sobre a Geografia Histórica, associada à Geografia Histórica Territorial.

GEOGRAFIA HISTÓRICA: PREÂMBULO



A geografia histórica de certo modo desejou [...] fazer uma geografia no tempo, reconstruindo as geografias do passado. [...] A geografia histórica pretende retrair o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita. Em que medida ela pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes disparatados e distantes da mesma fecha do tempo? (SANTOS, 2012, p. 50, grifos nossos).

Iniciamos nossas reflexões a partir desta pergunta que, segundo o autor, constitui um pesadelo para a Geografia. Um de seus imbrólios a partir de sua institucionalização enquanto ciência foi a articulação entre tempo e espaço, a noção convencionalmente aderida pelos geógrafos de conferir ênfase somente ao estudo do presente, constituiu o que Abreu (2000) denominou de “ditadura do presente”. Nesse ínterim, a Geografia tinha como função pesquisar a “construção do presente” e o tempo presente, admitindo regressar ao passado apenas para extrair dele o imprescindível para a compreensão da atualidade.

Abreu (2000) dialogando com o questionamento de Milton Santos, afirma que as *geografias do passado* estudam não o passado em sua totalidade, mas os vestígios por ele produzidos. Ou seja, ao resgatar as espacialidades das relações sociais em temporalidades pretéritas, o geógrafo deve ter em mente que não é possível recuperá-las tal qual elas ocorreram, porém isso não impede que este profissional apresente problemáticas para a compreensão da sociedade de outrora. Para tal, é necessário atentar para as continuidades e discontinuidades das heranças materiais e imateriais do passado visando não (re)produzir uma Geografia Histórica de cunho evolucionista.

Partindo, então, do pressuposto de que podemos analisar geograficamente os vestígios do passado, espaço e tempo não podem ser compreendidos de forma dissociada, sendo inconcebível apreender um sem o outro, pois ambos integram à unicidade numa perspectiva epistemológica totalizadora (SANTOS, 2012). Há uma imbricação entre as duas categorias, de modo que “[...] se o espaço está sujeito aos ditames do Tempo, por outro lado a Temporalidade também está sujeita aos ditames do Espaço” (BARROS, 2006, p. 468). Nessa direção, os intercâmbios e identidades entre a Geografia e História podem guarnecer contribuições à análise espacial e temporal dos fenômenos sociais.



A História se constituía até o século XX como estudo do passado humano. A partir da Escola dos Anais – movimento historiográfico inaugurado na França em 1929 e que fazia oposição ao Historicismo alemão e ao Positivismo francês³ – Marc Bloch assinalou que aquela ciência passava ao “estudo do homem no Tempo”. Tal Escola fez com que a História integrasse o *espaço* ao seu domínio científico, considerando esta categoria como física, social, política, imaginária e até virtual, os historiadores incorporaram à sua *artis* a definição de que a História era o estudo do homem no *tempo* e no *espaço* (BARROS, 2006).

Os principais desdobramentos das revoluções historiográficas foram: o reconhecimento da importância da dimensão espacial; a interdisciplinaridade com outros campos do saber, dentre eles o geográfico; e a revisitação dos pressupostos do estatuto científico da História (objeto, problemáticas, temas, métodos etc.). Em suas análises, os historiadores passaram a situar no mesmo patamar as categorias tempo e espaço, para tal estabeleceram diálogo com os conceitos-chave da Geografia como espaço, território e região. Esse intercâmbio originou a Geo-História (também denominada de história geográfica) nova modalidade influenciada pela *École des Annales*, cujo mote consistia em introduzir na História as lentes geográficas de análise dos fenômenos (CARNEIRO, 2018).

Com este movimento de renovação da História, o espaço foi alçado à primeiro plano. Fernando Braudel, um dos principais expoentes da Escola dos Anais, em sua obra *O Mediterrâneo* esboçou preocupação com a delimitação temporal e espacial do capitalismo, componente importante no estudo das civilizações (BARROS, 2006). Influenciado por Vidal de La Blache, o historiador francês desenvolveu em sua Geo-História a ideia de espacialização da economia que aperfeiçoada deu origem ao conceito economias-mundo. Através da ideia de espacialização da temporalidade, dividida em tempos longos, intermediários e curtos⁴, o autor procurou demonstrar como o tempo avançava com distintas velocidades nas culturas (SILVA, 2007). Daí advém a noção de ritmo, ou seja, da relação entre sociedade e natureza.

³ Tratou-se de uma escola geográfica de Vidal de La Blache que teve como principais interlocutores Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernando Braudel e Ernst Labrousse. Apesar de extremamente relevante, a *École des Annales* foge ao escopo deste trabalho, para saber mais cf. Barros (2006).

⁴ Nas palavras de Silva (2007) na perspectiva pluri-temporal de Braudel, o tempo de curta duração procurava localizar os indivíduos e os eventos num dado contexto. O tempo médio estava vinculado a um tempo social, ao tempo das estruturas econômicas, dos estados e das sociedades, que se processavam mais vagarosamente – no tempo de gerações ou de séculos. Já o tempo longo se pautava numa “história quase imóvel” constituída de lentidão, de um tempo milenar, no qual estaria o coração da Geo-História.



Assim como a História teve a necessidade de se apropriar do espaço em suas análises, a Geografia também passou a empregar a categoria tempo. Até 1915, em virtude da física newtoniana, tempo e espaço eram tidos como palcos sobre o qual os eventos aconteciam, incluindo os socioeconômicos, tal concepção retirava o apanágio de dinamicidade destes conceitos. Esse método de leitura da realidade só foi alterado com a teoria da relatividade proposta por Einstein, na qual tempo e espaço foram integrados. Modernizando a física clássica, a teoria defendida afirmava que o movimento dos corpos mudava reciprocamente a estrutura tempo-espaço (ERTHAL, 2003). Desse modo, tempo e espaço passaram a constituir uma entidade unificada a partir do nexos entre espaço relativo (em detrimento do espaço absoluto) e tempo relativo.

A incorporação da dimensão temporal de forma mais profícua na análise geográfica ocorreu com o desenvolvimento do campo da Geografia Histórica, que angariou patamar no rol geográfico na década de 1970 com a chegada da corrente humanista (ERTHAL, 2003)⁵. Através do enfoque cultural calcado na fenomenologia e da aproximação da Geografia com as ciências sociais, o tempo passou a ser colocado como questão ontológica tornando-se, assim, uma premência metodológica de modo que definir uma problemática geográfica requeria estabelecer uma delimitação temporal.

Na tradição clássica, o ponto centrípeto da Geografia Histórica foram os Estados Unidos, Inglaterra e França. Segundo Silva (2007) nestes países a Geografia Histórica conseguiu opulência devido à solidez de sua produção empírica e teórica, seus principais precursores foram Carl Sauer (com estudos voltados à geografia cultural dos Estados Unidos) e Clifford Darby (com pesquisas direcionadas à geografia histórica da Inglaterra). Enquanto a Geografia História anglo-saxã foi responsável pela fundação da Universidade de *Wisconsin* (ERTHAL, 2003), na França a disciplina não constituiu escola, mas influenciou na Geografia Humana, sobretudo na escola de Geografia Regional – a de maior notoriedade até a primeira metade do século XX.

Portanto, a Geografia Histórica se legitimou enquanto disciplina autônoma pela persistência de geógrafos humanos, em especial os britânicos e americanos, que rejeitaram o fracionamento epistemológico da Geografia com a temporalidade

⁵ A dimensão temporal foi contemplada em outras correntes (Geografia Tradicional, Geografia Teórica e Quantitativa, Geografia Crítica ou Geografia Marxista), porém de maneira intermitente, pois ora era colocada no esquecimento, ora em destaque na história do pensamento geográfico.



(SILVA, 2007). Em outras palavras, aqueles profissionais resguardaram a tradição geográfica, ou seja, sua relação umbilical com o tempo promovendo, assim, a investigação histórica em Geografia. Erthal (2003, p. 30) salienta que no Brasil a Geografia Histórica “[...] não conseguiu estabelecer uma tradição que se consubstanciasse numa escola”, pois sua produção ficou situada no passado, sobretudo até a Segunda Guerra Mundial. Depois de um hiato temporal, em tempos mais contemporâneos sublinha-se a reverência dos trabalhos de Maurício Abreu, Pedro Vasconcelos e Antônio Carlos Robert Moraes.

Godoy (2019), se atendo às produções de Geografia Histórica no Brasil, afirma que ela constituiu um *campo* de estudo do espaço pautado na perspectiva histórica de seu processo de formação social. Compondo uma área interdisciplinar com a História, a História Geográfica, a Geo-História e a História da Geografia, pode-se dizer que o corpo eclético da Geografia Histórica faz dela um híbrido acadêmico (CARNEIRO, 2018). Localizada nas fronteiras disciplinares da historiografia e da geografia, a Geografia Histórica partilha com as pesquisas históricas, os métodos de investigação e com os estudos geográficos, as questões de análise. Tal campo oxigenou os vínculos antigos entre Geografia e História, ou seja, expandiu os “horizontes geográficos dos historiadores” e esquadrinhou o entendimento histórico dos geógrafos. Portanto, Geografia e História numa perspectiva dialógica são interdependentes, de tal modo que uma não pode desconsiderar a outra.

Apesar de possuírem pontos de contato estas duas ciências, em virtude das distintas epistemologias, proporcionam concepções diferentes em relação ao passado. Apoiado em Baker (2003), Carneiro (2018) assevera que enquanto a Geografia lança luz sobre os lugares e eventos, a História o faz sobre os períodos. Os autores também reforçam a distinção entre Geografia Histórica e História Geográfica, dizendo que esta se interessa com a dimensão geográfica da história e aquela com a dimensão histórica da geografia. Em função da mixórdia entre estes campos, os pesquisadores tem acendido debates acerca do *status* acadêmico da Geografia Histórica questionando: qual seria sua especificidade, seu objeto de estudo e método? Como materializar o tempo na perspectiva geográfica? Essas e outras questões serão alvo do próximo bloco, cujo objetivo consiste em elucidar algumas considerações metodológicas.

COORDENADAS METODOLÓGICAS: O PONTO DE PARTIDA



Como vimos, os geógrafos históricos voltam suas inquietações para o estudo das transformações no espaço e no tempo, buscando resgatar fracções das ações humanas (CARNEIRO, 2018). Nesse ínterim, o objeto de estudo da Geografia Histórica é justamente o *passado* e restaurá-lo geograficamente, eis sua especificidade. Para alcançar tal proeza, diversos caminhos podem ser percorridos pelos geógrafos que acionam as categorias de análise (paisagem, região, lugar, território, espaço) de acordo com os propósitos de seus trabalhos, objetos empírico e teórico, bem como a partir de suas filiações às seguintes correntes: positivista, fenomenológica, estruturalista, idealista, marxista, quantitativa, qualitativa etc. (MAYA, 2019).

Os métodos investigativos em relação à dimensão temporal ganharam destaque na Geografia nos anos de 1960 e 1970. Um dos grandes obstáculos consistia em definir por meio de uma “[...] geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente” (SANTOS, 2012, p. 51), em vista disso a Geografia Histórica recorreu às periodizações com o intuito de empirizar o tempo. Estas são fruto de um processo cognitivo e refletem escolhas (culturais, sociais, econômicas) do pesquisador que, por sua vez, interferem na forma de representação da realidade social.

Instituir periodizações, buscando explorar as continuidades e as discontinuidades espaciais e temporais da sociedade conforme os acontecimentos históricos de maior proeminência, alicerçam as bases do método em Geografia Histórica. Lembrando que as periodizações só existem num contexto espacial definido, assim como os recortes espaciais só possuem legitimidade numa esfera temporal particular; em outras palavras:

os recortes temporais, os períodos, que colocam ordem nos passados, só têm pertinência num determinado espaço delimitado da sociedade. Para qualquer tipo de periodização é necessário dizer a que local ela se aplica, da mesma forma que para toda delimitação de uma área também é necessário precisar quais são seus marcos cronológicos. É impossível falar de uma era sem área (GRATALOUP, 2006, p. 39, grifos nossos).

Segundo o autor, noções como civilização, barbárie, avanço, atraso, modernização e arcaísmo são capazes de orientar grandes recortes temporais, assim como os limites esboçados na superfície da terra (continentes, países, regiões, sub-regiões, cidades, lugares, bairros) proporcionam recortes de unidades espaciais tendo



em vista a análise dos territórios. Assim, a noção de escala espaço (internacional, nacional, regional, local) - temporal (de curta, média e longa duração) se apresenta como crucial para compreender os fenômenos sociais.

O processo de modernização agrícola e o conseqüente avanço das técnicas orientou, como vimos, nosso corte-transversal (1920-1926). Ele reflete um fragmento da espacialidade das relações sociais numa temporalidade pretérita, a República Velha (1889-1930). Esta representa o que Vasconcelos (2009) denominou de “período denso”, de curta duração, ou seja, aquele que extrapola a rotina ocasionando acontecimentos na sociedade, alterando seu funcionamento, sua estrutura e morfologia espacial. Simbolizam momentos de grande magnitude, porém não constituem ainda momentos de interrupção que projetariam a sociedade para uma nova ordem.

Nesse sentido, apesar de inúmeros acontecimentos decorrentes da Abolição (formação do mercado de trabalho) e da institucionalização da República (federalismo), as mudanças ocorridas no país e no estado mineiro se processaram de maneira gradual, não havendo rupturas dos privilégios da classe proprietária, pelo contrário, a ação desta classe procurou assegurar a continuidade de seu patrimonialismo. Portanto, não ocorreu uma revolução (agrária e tributária, por exemplo) no seio social: a concentração de terra e renda continuaram nas ‘mãos’ de poucos. Essa não projeção da sociedade para uma nova ordem foi traduzida pela modernização agrícola, que abrigou conservadorismo – através da contenção de mudanças sociais, sustentando a defesa da grande propriedade rural – e inovação técnica, do ponto de vista da produtividade.

A ESAV, nosso objeto de estudo, constitui uma morfologia espacial, a qual indica uma possível porta de reconstrução de situações pretéritas. Maya (2019) a esse respeito afirma que no espaço herdado o estudo das paisagens pode proporcionar a valorização atual do passado, quer no sentido de recompor o desenvolvimento da paisagem, quer no de restaurar as do passado por meio da paisagem presente. Ou seja: através da perspectiva material de construção do espaço é possível inferir diferentes temporalidades que nos permitem efetuar análises tanto na perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Neste último caso, o conjunto de rugosidades podem indicar o papel central do espaço na constituição do passado social.

Compreendendo o espaço como acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2012), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) constitui uma herança material de tempos anteriores, trata-se do porvir de sua celular mater, a Escola Superior de



Agricultura e Veterinária de Minas Gerais. Assim, na perspectiva síncrona (de períodos específicos do tempo) temos na UFV a materialidade atual, do presente; e na perspectiva assíncrona (considerando as transformações espaciais através do tempo), a ESAV. É sobre esta última que iremos debruçar nossos esforços com o propósito de recompor o mosaico da formação territorial viçosense, tendo a lucidez de que se trata de uma espécie de quebra-cabeças em que não temos todas as peças. Eis aqui o desafio do exercício intelectual.

A análise crítica do corpus documental poderá contribuir para recuperar os fragmentos da formação territorial viçosense. Como esta pesquisa quali-quantitativa utiliza fontes primárias, para análise do jornal A Cidade (com sede em Viçosa) utilizamos o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que através de um conjunto de estatísticas auxiliaram nas descrições e análises lexicais de “corpus” de texto. A escolha do IRAMUTEQ no processamento do jornal se pautou no rigor estatístico; nas distintas possibilidades de análises (tanto estatísticas clássicas, quanto multivariadas); no acesso livre; na sua recente incorporação nas Ciências Humanas e Sociais e, conseqüentemente, no seu caráter inovador. Logo, o *software* foi crucial para efetuarmos a análise textual, na qual o estudo da linguística se mostrou fundamental para deslindar nas tramas tecidas nos discursos, as principais ideias discutidas no processo de criação da ESAV e seus principais enunciadores, como veremos na seção a seguir.

INTERSEÇÕES ENTRE GEOGRAFIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO TERRITORIAL: A “GESTAÇÃO” DA ESAV (MG)

É importante recuperar a história da *formação dos territórios* atuais, num *resgate retrospectivo dos processos* que levaram à conformação das áreas de dominação estatal, movimento que a partir de certo momento (variável em cada caso, mas passível de ser periodizado em diferentes porções do planeta) cruza e amalgama-se com a questão nacional (MORAES, 2005, p. 53, grifos nossos).

A ESAV integrou a formação territorial de Viçosa, embora a instituição tenha se constituído num espaço de exercício do poder estadual – associada à Secretaria de Agricultura de Minas Gerais – ela nasce a partir de um projeto de desenvolvimento territorial vinculado à criação das escolas superiores agrícolas no país. Resultante da



política agrária adotada a nível federal, a discussão a respeito do ensino superior agrícola conquistou visibilidade nas primeiras décadas republicanas em relação às narrativas do Congresso mineiro, as quais preconizavam a necessidade de modernização do território, de progresso da população e de desenvolvimento econômico. Desse modo, a criação de uma instituição localizada na Zona da Mata passou a integrar a política agrária de Minas Gerais. A discussão sobre a “gestação” da Escola se iniciou quando Arthur da Silva Bernardes (enquanto presidente do estado) autorizou sua fundação em Minas por meio da Lei n. 761 de 06 de setembro de 1920 (BRASIL, 1920). A palavra gestação do latim *gestatio* pode ser compreendida como “s. f. Tempo em que o embrião dos mamíferos se desenvolve desde a concepção até ao nascimento; gravidez; prenhez. Fig. Elaboração; tempo que dura a produção ou formação de uma coisa, de uma ideia” (AULETE, 1925) ou

Gestação s. f. Tempo, que medeia entre a concepção e o nascimento dos mamíferos. Gravidez. Fig. Elaboração. Lat. *Gestatio* (FIGUEIREDO, 2013).

Gestação. Atividade fisiológica ou estado de uma mulher vivípara desde a gravidez até o parto. Na fig. Trabalho de desenvolvimento que antecede o surgimento (de uma obra, uma ideia, uma coisa nova, etc.). Empr. em lat. *Gestatio* “ação de carregar; andar na maca ou em carro adequado para relaxar o corpo e reparar as forças” (CENTRO NACIONAL DE RECURSOS TEXTUAIS E LEXICAIS, 2020).

A “gestação” é concebida no sentido de desenvolvimento que antecede o surgimento de algo num dado tempo (na gestação humana nove meses) e lugar (corpo). Neste artigo compreende-se como *gestatio* o processo de germinação discursiva vinculado à institucionalização da ESAV, o qual englobou os anos de 1920 a 1922 e envolveu as cidades de Ubá, Ponte Nova, Visconde do Rio Branco e Viçosa, que disputavam a Escola. Esse processo pode ser compreendido pelo caleidoscópio geográfico oferecido por Santos (2012) quando se refere aos eventos. Estes produzem o tempo, assim, ao mencionarmos um evento passado, é de sua existência precedente num dado “[...] ponto da flecha do tempo, de um ‘presente passado’ que estamos falando” (SANTOS, 2012, p. 145).

Todavia, não é um tempo sem nomeação, mas sim um tempo empiricizado, o autor propõe compreender o tempo a partir do decurso dos eventos e sua trama e o espaço como lugar material da probabilidade do evento. Logo, o lugar é o repositório



final do evento. O dispositivo legal de 1920 que deliberou a criação da Escola em Minas, perpassando pela sua institucionalização através do Decreto n. 6. 053 de 30 de março de 1922 que a instala em Viçosa, até culminar na inauguração oficial da instituição em 28 de agosto de 1926 integram o decurso do **evento histórico** ESAV, assim como Viçosa, cidade escolhida entre as demais para sediar o estabelecimento de ensino, foi o lugar de concretização de tal evento.

A primeira cidade que motivou Arthur Bernardes no que tange a instalação da Escola (antes mesmo da criação em 1920) foi Ubá, de acordo com Paes (2017) por volta de 1917 um grupo de americanos se instalou no município trazendo inovações agrícolas, sendo as máquinas motivo de “encantamento” dos mineiros ao utilizar os vagões da estrada de ferro Leopoldina. Realizaram demonstrações, as quais Bernardes presenciou, sobre as novas técnicas que seriam utilizadas no campo (arados e grades com tração animal, colheitadeira e beneficiadora de arroz, dentre outros). Tais demonstrações impressionaram o futuro presidente de Minas e demais presentes, uma vez que eles visualizaram na prática da agricultura norte-americana uma solução para a questão da força de trabalho, que vinha se prologando desde a Abolição em 1888 (a transição entre o sistema servil e o sistema de mercado e as lides rotineiras associado ao *atraso* da agricultura).

O primeiro passo dado em 1920 por Arthur Bernardes, já como presidente do estado, consistiu na solicitação a José Cochrane de Alencar, Embaixador do Brasil em *Washington*, de um técnico e especialista “[...] capaz de ‘fundar, organizar e dirigir’ uma *Escola Agrícola moderna*” (A CIDADE, 1921, s/p, grifo nosso). Depois de duas outras tentativas, indicaram Peter Henry Rolfs, diretor da Escola de Agricultura da Universidade da Flórida, em Gainesville. Após aceitar o convite, Rolfs assumiu o cargo em 1 janeiro de 1921 como diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (BOLETIM DE AGRICULTURA, ZOOTECNIA E VETERINÁRIA, 1928).

Naquele ano, Raul Soares e Arthur Bernardes convidaram P. H. Rolfs (agrônomo norteamericano) para chefiar uma comissão técnica com intuito de selecionar o município que sediará um estabelecimento de ensino superior no interior do estado (COELHO, 1996). O que pode ser confirmado em mensagem dirigida pelo presidente do estado ao Congresso mineiro: “[...] o professor Rolfs já se acha em Minas, onde elabora o plano de construção e organização do instituto e *estuda a escolha do local*



conveniente a sua fundação” (MINAS GERAES, 1921, p. 14, grifo nosso). Além de Rolfs, a cúpula foi composta por importantes membros, a saber: Arduíno Bolivar (representando a Zona da Mata), Álvaro Astolfo da Silveira (Centro), Mario Monteiro Machado (Centro). Cabia aos comissionários elaborar planos das construções, plantas da futura instituição e programas gerais de ensino, bem como apresentar um relatório final ao governo do estado.

Segundo Rolfs e Rolfs (1928, p. 4) a única instrução que a comissão recebeu do governo do estado foi de que a futura Escola deveria estar situada na Zona da Mata mineira, que incluía “[...] mais ou menos uma quarta parte do Estado no leste centro”. Esta exigência se baseava no fato daquela zona possuir a maior riqueza agrícola e densidade de população: “[...] a população desta parte é aproximadamente de dois e meio milhões, sendo a maioria de lavradores com pequenas propriedades. É a parte do Estado onde se encontra a maior população por área” (ibid). Nota-se que as frações da classe dominante agrária em aliança com o Estado efetuaram um recorte da Zona da Mata, delimitando-a como unidade espacial que sediaria o estabelecimento de ensino rural.

Visando escolher a sede da instituição, o comitê visitou alguns sítios nas vizinhanças de Ubá, Ponte Nova, Visconde do Rio Branco e Viçosa. Em 10 de março de 1921, Rolfs expôs um relatório ao governo de Minas, no qual apresentou cinco quesitos para o êxito da Escola a ser projetada: lugar saudável; abundância de água, terrenos suficientes, proximidade de uma pequena cidade, distância do centro da população (LIVRO DE FORMATURA DA ESAV, 1939, ROLFS e ROLFS, 1928, ROLFS, 1925). Sem pretender realizar uma análise exaustiva, apresentaremos cada um desses critérios:

Lugar saudável – é bem conhecida que uma região infestada com moléstias tropicais contagiosas poderá ser saneada e se tornar saudável; porém isso seria um empreendimento dispendioso em tempo e dinheiro e que se fosse iniciado por um estabelecimento novo, provavelmente traria fracasso nos primeiros anos que são os mais perigosos.

Abundância de água – Em Minas há geralmente abundante precipitação porém encontra-se lugares onde (h) a falta de água potável para gente e animais, o que seria um obstáculo no desenvolvimento de uma Escola Agrícola. Além disso é indispensável abundância de água durante a seca para criação e irrigação.

Terrenos suficientes – Pelo menos 500 hectares (mais ou menos 1. 200 acres) mais de 50% arável e com comunicação fácil e rápida da sede do estabelecimento às varias secções. Uma distância de mais um quilômetro gastaria demais tempo dos alunos e professores para ir ao serviço e volta à sede, para fins práticos. Além do terreno necessário para fins de instrução,



seriam necessárias ainda áreas suficientes para a produção de sementes de castas puras, em quantidade, para experiências em grande escala e para aclimação de plantas. Para o desenvolvimento dum Departamento de Zootecnia, seriam necessários pastos externos. Instrução e experiências em silvicultura e reflorestação exigiriam áreas consideráveis.

Proximidade de uma pequena cidade – A sede do estabelecimento deveria ficar próxima a uma pequena cidade, na linha principal duma estrada de ferro, para poder ser vista pelos passageiros nos trens. Experiências já realizadas tem provado que os estabelecimentos de difícil comunicação, por estrada de ferro, bem assim como por rodovia, tiveram desenvolvimento precário. Situado próximo ou dentro duma cidade maior, uma Escola Agrícola constantemente sofreria as desvantagens da concorrência com as industriais comercializadas e encontraria grande dificuldade em desenvolver-se. De outro modo, não estando situada perto duma cidade pequena, encontrar-se-iam muitas inconveniências na obtenção de coisas necessárias.

No centro da população rural – Há nisso garantia de que os terrenos e as condições gerais serão típicos dos geralmente encontrados na lavoura da zona. Além disso em quase todas as Escolas Agrícolas, especialmente no início, nota-se que mais de 75% dos alunos vem de menos de 200 quilômetros da Sede da Escola. A influência da Escola para o melhoramento da agricultura, tem mais efeito entre as propriedades distantes menos de 100 quilômetros da sede. Depois de uns vinte a quarenta anos, o efeito do estabelecimento se espalhará por todo o Estado. (ROLFS e ROLFS, 1928, p. 4-6, grifos do autor).

Tais critérios se ancoravam nos enunciados pelo ruralista Arthur Torres Filho (diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura) em seu livro “*O ensino agrícola no Brasil: seu estado atual e a necessidade de sua reforma*” de 1926⁶. O primeiro ponto levantado por Rolfs e Rolfs (1928) diz respeito à salubridade do local, sobretudo no sentido de superar as restrições do meio físico com o intuito de exterminar os espaços insalubres, constituidores de enfermidades. A ideia era escolher uma cidade que poucos esforços precisasse para se ajustar aos padrões de modernidade, salubridade e higiene. O segundo critério, abundância de água, está relacionado ao primeiro, pois os integrantes da comissão defendiam a necessidade de obtenção do líquido, absolutamente puro e potável como forma de evitar doenças e que pudesse ser empregado nos futuros experimentos agrícolas da Escola.

No terceiro quesito, a área a ser adquirida não poderia ser inferior a 500 hectares, uma vez que se previa o desenvolvimento de diversos campos de cultura e experimentação, construção de edifícios principais, dormitórios, refeitórios e

⁶ Segundo Torres Filho (1926, p. 108-109, grifos do autor) de alguns princípios dependeriam o sucesso de uma escola agrícola: “[...] o lugar escolhido deverá estar situado numa região tão tipicamente representativa da agricultura, quanto possível, atendendo-se à natureza das terras; a salubridade; à abundância d’água e aos meios rápidos de transporte de toda região [...] e áreas suficientes de terrenos. [...] Na concepção moderna, uma escola agrícola não deverá servir apenas aos alunos, mas também aos agricultores, tornando-se verdadeiro centro agrícola”.



laboratórios. No quarto, a área de terreno disponível deveria se situar próxima a uma cidade pequena, pois nos centros maiores ou nas suas proximidades “[...] o grande número de distrações é especialmente pernicioso ao trabalho escolar. Os prazeres e diversões (...) excitam constantemente aos estudantes e instrutores para se afastarem do seu trabalho. Além de tudo, preço de terras apropriadas é tão elevado, que não pode ser obtida a quantidade necessária” (ROLFS, 1925, p. 12). Era preciso também que o local escolhido não estivesse distante mais de dois quilômetros de estradas de ferro. A proximidade com a ferrovia além de promover visibilidade à Escola e comunicação entre os sujeitos, possibilitaria o escoamento das produções, tratava-se de uma estratégia na qual a circulação simbolizaria o progresso e proporcionaria o alcance regional com vistas à conquista de mercados.

Os estabelecimentos localizados ao lado de uma linha principal constituíam uma oportunidade de publicização da Escola, conforme evidenciado na fala de Rolfs e Rolfs de “poder ser vista pelos passageiros nos trens”. Os visitantes da instituição (políticos, futuros alunos, professores, escritores etc.) através das janelas da Leopoldina *Railway* poderiam contemplar o monumento moderno, a ESAV, como assinalava o comissionário “os contribuintes do Estado são os que sustentam o Estabelecimento, por isto, tem o direito de aprecia-la, e saber, o mais possível a seu respeito. Si for escondido atrás de montanhas, lhe poderá ser aplicado o proverbio, ‘*Luz debaixo duma medida*’” (ROLFS, 1925, p. 12, grifo nosso).

Nas entrelinhas desta fala é possível perceber que a Escola foi concebida para impor-se na paisagem como uma arquitetura material e simbólica representativa do poder do estado mineiro frente aos demais da federação. O estabelecimento de ensino deveria estar localizado em um lugar de planície (ou em terreno levemente acidentado), configurando um “espaço luminoso” e exposto aos “quatro ventos”. Caso contrário, se estivesse sob as montanhas a majestosa ESAV (e seus prédios) estaria escondida “debaixo do alqueire”, dominado pelas “sombas”.

No quinto critério, a Escola Superior de Agricultura deveria estar tão próxima quanto possível, do centro da população agrícola, esta deveria servir à instituição, levando em conta os meios de transporte e o desenvolvimento provável da cidade. A influência da Escola seria proporcional à distância das propriedades agrícolas, sendo que, no plano das ideias, quanto menos distante da sede estivessem mais o ensino



alcançaria os agricultores. Ao fim e a cabo, as cidades que não atendessem a estes quesitos ou que faltasse um deles deveria ser automaticamente rejeitada.

Em consonância com os cinco parâmetros mencionados, o plano era localizar a Escola em um dos quatro municípios examinados. Contudo, Rolfs eliminou Ubá, Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, pois não fitou “[...] uma situação ou trecho de terreno que oferecesse possibilidade do estabelecimento de um instituto do tamanho do que se tem em vista: trechos se podem encontrar nestes lugares, mas a distância da cidade seria grande demais, para que o empreendimento se pudesse dar uma feição prática” (LISBOA, 1935, p. 5). Álvaro da Silveira complementou o parecer de Rolfs dizendo:

Dos terrenos que visitei nas visinhanças de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova, prestam-se, a meu ver, melhor os denominados “Maria Luiza”, situados a pequena distancia de Viçosa. Ha uma parte em vargem não inundável e não brejosa e outra parte em morros mais ou menos ingremes, mas que podem em alguns logares, ser arados [...] Não é propriamente necessaria a aquisição de todo o valle do correjo do Paraizo, pois me parece que a extensão de terra indicada no esboço é sufficiente para os trabalhos da futura Escola ; entretanto, para a irrigação da vargem situada á margem direita desse correjo será precisa a agua tirada bastante alta desse mesmo correjo, e por isso não seria fóra de proposito a compra de todo o terreno compreendido na bacia até as cabeceiras. Além de tudo, a área total da bacia não é demais grande. Parece-me que a séde da Escola não ficaria mal no ponto que no esboço indico pela letra A. Dahi á cidade tem cerca de I e meio kilometro, bastando, para que até ahi seja facil o accesso, que se melhore a travessia do correjo S. Bartholomeu, entre B e C, com a construcção de nova ponte sufficientemente elevada, para ter a grade da estrada a declividade compativel com o trafego de automoveis ou bondes (LISBOA, 1935, p. 4-5).⁷

P. H. Rolfs em relatório final apresentado ao governo em 10 de março de 1921 afirmou com veemência “[...] tomando a questão sob todos os seus aspectos e estudando-a em seu conjunto, não há dúvida de que Viçosa é o melhor dos quatro logares para a localização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária” (LISBOA, 1935, p. 6). Acrescentou que a cidade escolhida tinha posição prioritária, uma vez que, o próprio presidente do estado de Minas, Arthur da Silva Bernardes, era viçosense. Apesar da localização da instituição em Viçosa, Borges (2006, p. 20) assinala que “[...] no vasto território mineiro, haveria outros lugares mais apropriados para a instalação da Escola”. Pode-se depreender, em função disso, que as injunções de natureza política local e estadual prevaleceram sobre as de natureza técnica.

⁷ Infelizmente o esboço mencionado por Rolfs se perdeu ao longo do tempo, no que Nora (1993) denomina “instituições de memória”.



Após a escolha do lugar, a primeira planta da ESAV foi assinada em quinze de dezembro de 1921 e as construções se iniciaram em 10 de junho de 1922, quando foi lançada a pedra fundamental do edifício principal, Arthur Bernardes. A ESAV foi inaugurada no dia 22 de agosto de 1926 e a bandeira nacional foi hasteada, pela primeira vez, no dia 29 de agosto de 1926, por P. H. Rolfs (BORGES, 2006). Estes acontecimentos voltados à construção e à inauguração da Escola passaram a “recheiar” o jornal *A Cidade*, nas reportagens observamos que os verbos que apresentaram maior frequência no plano das narrativas de criação da Escola foram os que evocam ação: “fazer”, “realizar”, “dirigir”, “prestar”, “inaugurar” etc., seguidos dos verbos complementares que indicam condição/estado/posse e ação tais como “ser”, “estar”, “ter”, “dizer”, “poder” etc.

Este último verbo, associado à fala, marcou os discursos, os quais foram o instrumento de enunciação de determinados personagens políticos envolvidos na institucionalização da ESAV (sobretudo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Antônio Gomes Barbosa, Arthur Bernardes, Edwin Morgan, João Carlos Bello Lisboa, Peter Henrique Rolfs, Emílio Jardim) e que detinham poder de “afirmar” seus projetos no território. A partir da seleção dos adjetivos mais frequentes foi possível identificar as qualificações atribuídas à ESAV: “grande”; “maior”; “melhor”; “ilustre”; “magnífica”, “moderna”; “importante”; “nova”; “notável” etc. Tais valorações direcionadas à Escola foram cruciais para (re)forçar a construção imagética deste empreendimento como um passo dado rumo ao progresso de Viçosa e, quiçá, de Minas Gerais.

A ESAV NA CIDADE

Em seu programa de Geografia Histórica, Milton Santos coloca em evidência a primazia da propagação de objetos técnicos no desnudamento da historicidade espacial. A Teoria da difusão dos objetos técnicos modernizadores assinala a importância da categoria tempo, que é capaz de revelar por meio da técnica a conformação do território. Dito de outra forma, a disseminação das inovações torna-se um elemento explicativo para o processo de modernização dos locais, assim “[...] as áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade de substituição, neles, de objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos” (SANTOS, 2003, p. 236).



A Escola concebida como um objeto técnico visando suprir uma demanda específica das frações da classe dominante agrária mineira, qual seja: criar um epicentro educacional na Zona da Mata promovendo a dinamização do setor produtivo, modificou o conjunto do funcionamento da sociedade viçosense de maneira a modernizar seu território. A instalação da ESAV em Viçosa nas primeiras décadas republicanas, fez com que a cidade passasse por remodelações (planos urbanísticos) e novas normas fossem aplicadas ao território, como o sanitarismo. Buscando integrar o espaço da Escola com o da cidade, antes separado por uma profunda depressão (no leito do córrego São Bartolomeu), João Carlos Bello Lisboa (engenheiro da ESAV) propôs aterrar a área (de oito metros) das quatro pilastras, construir bueiros e remover parte do morro da Ladeira dos Operários (que circundava a instituição). Um dos planejadores

vislumbrou a vantagem de ligar a cidade ao *futuro centro do campus* por uma rua. Para executar o projeto, Bello Lisboa teve de fazer um bueiro contíguo às pilastras, para dar passagem ao Ribeirão São Bartolomeu, e um enorme aterro, com terra retirada da área onde hoje se situa as pilastras. [...] O outro bueiro, para o córrego da Conceição, e o aterro correspondente, para terminar a obra da rua, foi feito nas proximidades da Praça do Rosário. A ligação da Praça do Rosário ao campus foi tradicionalmente denominada de avenida P.H. Rolfs e a *ideia de colocar as pilastras como entrada da Instituição*, Rolfs trouxe da Universidade de Iowa, onde estudou (BORGES, 2006, p. 40, grifo nosso).

A Figura 1, fotografada por P. H. Rolfs no “pé” do morro dos Operários em direção à Vila Giannetti, mostra o início do aterro de ligação entre o campus da ESAV e Viçosa, nota-se à esquerda o bueiro do Ribeirão São Bartolomeu em funcionamento e no detalhe a utilização de bovinos e muares no aterramento. As quatro pilastras passaram a marcar no território a transição entre a entrada da Escola e a cidade, Gomide (1996, p. 19) salienta que durante as Reuniões Gerais que eram efetuadas nos primeiros tempos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, o professor João Moogen de Oliveira “[...] teve a feliz ideia de dar a seguinte interpretação às letras componentes da sigla: E (estudar), S (saber), A (agir), V (vencer)!”. Consideramos que, ideologicamente, tais verbos sinalizariam o potencial caminho de sucesso da instituição, marcando o seu esplendor e glória.



Figura 1 – Bueiro e aterro, em frente das Pilastras, para ligação com Viçosa, hoje avenida P. H. Rolfs



Fonte: Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

O próprio tecido construtivo da ESAV foi se espalhando sobre os terrenos de brejo situados nas proximidades das pilastras. Exemplo disso, foi a abertura da Avenida da Reta (192-) que passou a demarcar o vetor de expansão da Escola em direção à cidade. Borges (2006, p. 40) assinala que anteriormente à instalação do estabelecimento de ensino, o caminho que dava acesso às fazendas que originaram a Escola ocorria “[...] um pouco aquém do cemitério de Viçosa e terminava na lateral próxima do atual prédio da reitoria”. Assim, podemos dizer que a construção da Avenida da Reta delineou uma mudança no eixo de circulação entre a ESAV e Viçosa, com implicações na valorização do espaço.



As medidas de comunicação da Escola com o tecido urbano se pautaram em discursos médicos-racionalizadores que procuravam combater as adversidades físicas (brejos, esgotos “à céu aberto” que conduziam à contaminação da água e à moléstias) através de prescrições sanitárias que envolviam noções de embelezamento, estética e limpeza. Estas se traduziram no espaço físico mediante, sobretudo, a construção de uma rede de drenagem (que envolveu desde a edificação de bueiros nos córregos dos Barbados, da Conceição, do Otacvio, do São Bartolomeu, do Xaxá até a de represas para captação e distribuição de água potável), abertura de estradas (como a Avenida da Reta – posteriormente denominada Vaz de Mello e atualmente conhecida como Avenida P. H. Rolfs) e na aeração do ambiente a partir do aterro e corte do morro, nesse sentido, “a ESAV na cidade” representou um conjunto de transformações territoriais e paisagísticas. Tais transformações tinham o propósito de moldar à cidade aos padrões de modernidade através de medidas que propiciassem o desaparecimento de espaços insalubres, causadores de enfermidades.

APONTAMENTOS FINAIS

Na escolha da cidade-sede para a instauração da ESAV constatamos que o critério político assumiu nítida centralidade em detrimento do critério técnico. Isto explica porquê Viçosa foi o lugar escolhido e não as demais cidades (Ponte Nova, Ubá e Visconde do Rio Branco) que pleiteavam acolher a instituição. Os discursos gestacionais da Escola (entre 1920- 1921) anunciados por atores beneméritos – Arthur da Silva Bernardes, João Carlos Bello Lisboa, Peter Henry Rolfs, Arduíno Bolívar, Álvaro Astolfo da Silveira, Mario Monteiro Machado – tiveram aderência junto às lideranças políticas e econômicas – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Antônio Gomes Barbosa (prefeito de Viçosa entre 1919-1926), Edwin Morgan, Emílio Jardim e Raul Soares – e se concretizaram em ações. Estas reverberaram na construção (1922) e inauguração (1926) do estabelecimento de ensino, o qual passou a representar o processo de territorialização jurídica, política e econômica do Estado em Viçosa.

A ESAV constituiu para a cidade um constructo material e simbólico representativo da modernidade que se processava nos anos de 1920. Observamos que o sanitarismo, em sua faceta modernizadora, esteve presente tanto nas narrativas da Escola (lembrando que a salubridade foi um de seus critérios fundadores) quanto nas



medidas de profilaxia rural (dentro e fora do perímetro da instituição). Este novo código de postura em Viçosa imprimiu modificações territoriais e deixou marcas indeléveis no território, passíveis de ser detectadas pelos resquícios na paisagem: aterro de brejos, arrasamento de encostas (que impediam a livre circulação dos ventos), equipamentos subterrâneos (bueiros), construção de via conectando a Escola à cidade (Avenida da Reta) etc. Tais medidas buscavam proporcionar um ambiente “clean”, adaptar Viçosa à diversas técnicas (agrícolas, sociais, circulatórias etc.), promovendo o progresso e a modernização do seu território.

A feição atual da paisagem da Universidade Federal de Viçosa é oriunda de um legado passado, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Sem pretensão de esgotar a totalidade do assunto, buscamos nos aproximar da *realidade de outrora* da instituição para *recuperar as espacialidades pretéritas* que, por sua vez, tangenciam as espacialidades da contemporaneidade expressas na UFV. Daí a importância da Geografia Histórica Territorial nesta pesquisa, posto que ela nos permitiu recriar, ainda que de maneira fragmentária, *geografias passadas* por meio dos vestígios, reminiscências e experiências da ESAV. De antemão, frisamos que este artigo integra uma peça do complexo “quebra-cabeça” dos estudos relacionados à Escola e apontamos a necessidade de ampliação da pesquisa para compor as demais peças do jogo “ESAV: o estudo do passado”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). Acervo Jornais Avulsos. **Jornal A Cidade**. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais, 1920-1928.

_____. **Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária. Estado de Minas Gerais**. Orgam da Secretaria de Agricultura, Industria, Terras, Viação e Obras Publicas. Ano I. n. I, 1928, p. 5-25.

_____. ROLFS, Peter Henri; ROLFS, Clarice. Fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. **Coleção Peter Henry Rolfs**, p. 1-18, 1928. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais, 1921-1929.

_____. **Livro de Formatura de 1939**. Acervo da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Inventário do Fundo Arthur Bernardes. Série: Produção Intelectual. **Regulamentação do Ensino Agrícola**. ROLFS, Peter Henry. Secretaria da Agricultura Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização. Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes, Viçosa, 1925.

BORGES, José Marcondes. Esboço histórico. In: BORGES, José Marcondes;



SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Orgs.). **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. 2. ed. Viçosa, Minas Gerais: Editora UFV, p. 20-47, 2006.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1920-1926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anualde-leis/copy_of_colecao1.html> Acesso em: 27 out. 2019.

COELHO, Eduardo Lara. In: LIMA, Antonio Luiz de (Org.). **UFV 70 Anos: A Trajetória da Escola de Viçosa**. Viçosa: UFV, 1996, Imprensa Universitária.

CONGRESSO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS. **Anais da Câmara dos Deputados**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921.

FILHO, Arthur Torres. **O ensino agrícola no Brasil: seu estado actual e a necessidade de sua reforma**. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

LISBÔA, João Carlos Bello. **Cópia do relatório da comissão de construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais (ESAV)**. Viçosa: ESAV, 1929.

FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Maurício. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, Cidade Portuária, século XVII. São Paulo, **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 4, n. 1, p. 13-25, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123400>>. Acesso em: 9 out. 2020.

AULETE, Caldas. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**: feito sobre o plano / de F. J. Caldas Aulete. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, v.2, 1925. Disponível em: <<http://purl.pt/26648>>. Acesso em: 30 set. 2020.

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: Interações necessárias. Belo Horizonte, **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 460-476, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200012>. Acesso em: 28 set. 2020.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Questões teóricas e metodológicas da Geografia Histórica. **Terra Brasilis** (Nova Série), Dossiê Trajetórias de Geograf@s 2, n. 10, p. 1-16, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/terrabilis.3166>>. Acesso em: 11 out. 2020.

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS TEXTUAIS E LEXICAIS. Portal lexical: um conjunto de recursos e dados. Disponível em: <<https://www.cnrtl.fr/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

ERTHAL, Ruy. Geografia Histórica - Considerações. Niterói, **Revista Geographia**, vol. 5, n. 9, p.29-39, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13442/8642>>. Acesso em: 02 out. 2020.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa [Portugal]: Liv. Clássica Ed., v. 2, 1913.

GODOY, Paulo. Geografia Histórica: Considerações Metodológicas. **Terra Brasilis**, Dossiê: Geografia Histórica em questão, n. 12, p. 1-10, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/terrabilis.44972>>. Acesso em: 17 set. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 08 set. 2020.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, Lígia Maria Tavares. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: ALVES, Amélia Cristina et al. (Org.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: Eduff, 2007. p. 71-84.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, Bahia, v. 5, n. 2, p. 147–158, 22 jan. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9771/1984-5537geo.v5i2.3791>>. Acesso em: 12 set. 2020.